



Influência das concessões para visitação na popularidade das Unidades de Conservação brasileiras via mídia social

Influence of visitation concessions on the popularity of Brazilian Protected Areas through social media

Vitória Rodrigues Martiny, Roberta Schmitt dos Santos, Daniela Oliveira de Lima

RESUMO: As Unidades de Conservação (UC) são vitais para a preservação da biodiversidade e para a oferta de serviços ecossistêmicos culturais, como o ecoturismo. No entanto, a escassez de recursos para infraestrutura é um desafio constante. Para enfrentar essa questão, as Parcerias Público-Privadas (PPP), especificamente as concessões para visitação, têm sido adotadas como uma estratégia para financiar melhorias e aprimorar a experiência dos visitantes. Este estudo analisou a influência dessas concessões nas interações via mídia social em UC brasileiras. Utilizando dados dos comentários do Google coletados entre 2021 e 2023, investigamos como o status da concessão de uma UC impacta o volume de interações digitais. A análise geral dos resultados obtidos mostra que, UC com concessão consolidada registraram o maior número de interações nos comentários do Google, seguidas pelas UC em fase preparatória, e por último, pelas UC sem concessão. Isso pode indicar que a consolidação da concessão eleva a visibilidade e o engajamento dessas unidades em plataformas de mídia social. O maior número de interações em UC com concessão consolidada pode ser explicado por múltiplos fatores interligados. Estes fatores se relacionam à vocação turística da UC, à expansão da infraestrutura de visitação e dos serviços de apoio, e à melhoria da comunicação digital, que conjuntamente possuem potencial de aumentar a atratividade das UC. Embora em estágio inicial, concessões em fase preparatória também atraem mais interações, possivelmente devido à seleção de UC com alto potencial turístico. Adicionalmente, fatores externos, como a infraestrutura de hospedagem e a proximidade de centros urbanos, também exerceram influência significativa sobre o engajamento digital.

PALAVRAS-CHAVE: Parcerias Público-Privadas; Ecoturismo; Comentários do Google.

ABSTRACT: Protected areas (PAs) are vital for preserving biodiversity and for providing cultural ecosystem services, especially through ecotourism. However, a lack of resources for infrastructure has been a constant challenge. To address this, Public-Private Partnerships (PPP), specifically visitation concessions, have been adopted as a strategy to finance improvements and enhance visitor experiences. This study analysed the influence of tourism concessions on social media interactions in Brazilian PAs. Using data from Google reviews collected between 2021 and 2023, we investigated how the concession status of a PAs influences the number of interactions. The general analysis of the results showed that, PAs with consolidated concession recorded the highest number of Google Reviews, followed by PAs with a concession in preparation, and lastly non-concessioned PA. This may indicate that PA tourism concession increases the visibility and engagement of these areas on social media platforms. The greater number of interactions in PAs with consolidated concession can be explained by multiple interconnected factors. They are associated with the tourist vocation of these PAs, the expansion of the visitor infrastructure and support services, and the improvement of digital communication, which together may increase the attractiveness of these PAs. Although in the initial stage, concessions in the preparation phase also attracted more interactions, possibly due to the selection of PAs with high natural tourism potential. Also, external factors, such as accommodation infrastructure and proximity to urban centers, also have a significant influence on digital engagement.

KEYWORDS: Public-Private Partnerships; Ecotourism; Google Reviews.

Introdução

Vivemos em um momento de grande uso dos recursos naturais pela espécie humana e como consequência, inúmeras espécies e ecossistemas estão ameaçados (MCGILL *et al.*, 2015). Com o objetivo de enfrentar essa situação problemática, inúmeras estratégias foram criadas, sendo as Unidades de Conservação (UC) as mais bem-sucedidas (Geldmann *et al.*, 2013; Watson *et al.*, 2014). Conforme a lei nº 9.985, de 2000, as UC são espaços territoriais que têm como principal objetivo a conservação da natureza (BRASIL, 2000). Contudo, essas áreas também beneficiam a sociedade de outras formas, principalmente na promoção do bem-estar humano através da qualidade ambiental e da disponibilização de espaços de lazer, recreação e turismo (Consorti *et al.*, 2021).

O ecoturismo nesses locais, quando aliado à ações de educação e interpretação ambiental, possui o potencial de promover a conscientização dos visitantes e a disseminação de práticas vinculadas aos pressupostos do ecoturismo, como o compromisso em gerar mínimos impactos e uma maior empatia em relação às espécies que habitam este ecossistema (Sancho; Alves, 2018; Lobo; Moretti, 2008). Diante disso, a gestão de determinados atrativos pode ser uma estratégia para atender públicos que demandam infraestrutura e serviços mais desenvolvidos. Isso possibilita um equilíbrio entre proporcionar uma experiência positiva aos visitantes e garantir a preservação ambiental (Andrade; Souza; Cunha, 2020). Portanto, é necessário a realização de um planejamento administrativo das UC a fim de atuar ativamente no desenvolvimento e na organização das atividades turísticas e demandas de conservação (Pinheiro; Triest; Lopes, 2021).

Os visitantes exercem um impacto enorme nos locais em torno das UC, impactos estes relacionados a troca de culturas, geração de emprego e renda, fortalecimento dos comércios e serviços em geral (Candiotto; Bonetti, 2015). Contudo, a criação de UC gera uma expectativa de aumento no número de visitantes que nem sempre é atingida. O impacto econômico positivo para a comunidade local depende fortemente do contexto regional e das políticas de manejo da área; sendo que o estabelecimento dessas UC pode ainda afetar negativamente os setores tradicionais (pecuária e silvicultura) devido ao estabelecimento de novas regras ambientais (Duvivier, 2021). As UC devem contar com elementos que facilitem a visitação, como serviços de hospedagem e infraestrutura adequada. Os benefícios para os visitantes estão diretamente relacionados à presença de atrações e instalações; uma infraestrutura adequada para recebê-los tende a aumentar o consumo no local (Duvivier, 2021).

No entanto, um dos principais desafios enfrentados pelas UC é a falta de infraestrutura adequada (Almeida *et al.*, 2022). Em muitas dessas áreas, os visitantes enfrentam dificuldades para realizar atividades recreativas devido a problemas relacionados à estrutura e mobilidade do local. Além disso, é comum a falta de lugares adequados, transporte público e informações (Pinheiro; Triest; Lopes, 2021). Dessa forma, embora os parques possuam rica biodiversidade e paisagens atrativas, esses fatores não garantem sua atratividade turística devido às limitações na gestão, infraestrutura e divulgação (Silva-Melo; Guedes, 2022). A falta de recursos dificulta o desenvolvimento da gestão, uma vez que há insuficiência de recursos para subsidiar as novas instalações, aprimorar a infraestrutura e tornar as atrações turísticas mais acessíveis para o público (Wyman; Barborak; Inamdar; Stein, 2011). Assim, mesmo que desde 1995 o Brasil tenha ampliado significativamente sua rede de UC, os recursos financeiros alocados não acompanharam esse crescimento, com cortes orçamentários que representam um desafio significativo na gestão dessas áreas (Young; Medeiros, 2018).

Em vista disso, para mitigar o problema da falta de recursos observou-se a importância de uma parceria com o setor privado para melhorar a experiência dos visitantes. Assim, as concessões de serviço de apoio ao ecoturismo surgem como uma estratégia para promover e ordenar esses serviços aliados com a conservação da biodiversidade e respeito pela legislação vigente, pelo plano de manejo e pelo plano de uso público da UC (Brasil, 2023). As concessões em Parques tiveram início no Brasil no ano de 1995, sendo a primeira UC concessionada o Parque Nacional do Iguaçu. Desde sua concessão o número de visitantes aumentou anualmente a uma taxa de 5,2%, com crescimento acumulado de 114% entre o ano de 2000 a 2015 (Young *et al.*, 2017). Outro exemplo de retorno positivo de iniciativas privadas em parques é o do Parque Pumalín, no Chile. O projeto realizado, além de promover o desenvolvimento regional e fomentar atividades econômicas, teve impacto positivo na área social, principalmente após desastres naturais ocorridos em Chaitén (Hora, 2018). Na Reserva Biológica Huilo Huilo, no Chile, a iniciativa privada também se mostrou eficaz ao envolver a comunidade local em atividades de educação ambiental e turismo, proporcionando alternativas de renda, melhorando a infraestrutura da região e contribuindo para a conservação da natureza (Hora, 2017).

Embora o Brasil tenha adotado tarde o sistema de concessões se comparado a outros países, foi possível a partir disso aprimorar o seu sistema de concessões (Lima; Azevedo-Ramos, 2020). As concessões envolvem a delegação de

serviços à iniciativa privada, por meio de licitação na modalidade de concorrência, com contratos de longa duração e exigência de investimentos significativos e, muitas vezes, exclusividade na operação (Kefalas, Souza, 2018). Um dos serviços comumente concessionados nas UC brasileiras está relacionado a prestação de serviço para o apoio à visitação, outras modalidades estão relacionadas com permissões e autorizações (BRASIL, 2006). Conforme a Lei nº 8987, de 1995, as permissões são formalizadas através de uma licitação, em que é delegado a pessoa física ou jurídica a prestação de serviço, sendo ela responsável pelo seu desempenho (Brasil, 1995). Com relação às autorizações, é delegado a execução da prestação de serviço para terceiros, porém este ato não possui prazo determinado, sendo utilizado em casos emergenciais ou transitórios devido ao fato que pode se desfazer a qualquer momento (Borges, 2017).

As mídias sociais, com seu considerável potencial como fonte valiosa de dados, emergem como uma alternativa viável para a coleta de informações sobre a visitação em UC, permitindo o acompanhamento da abundância de visitantes (Tenkanen *et al.*, 2017). Além de fornecer dados sobre a presença de visitantes, as redes sociais podem contribuir para a compreensão da demografia e origem dos mesmos, ajudando pesquisadores a avaliar a representatividade dessas plataformas (Liang *et al.*, 2023). As mídias sociais possibilitam ainda a identificação da intensidade das discussões e dos sentimentos expressos pelos visitantes em relação às espécies e a UC (Toivonen *et al.*, 2019). Diante das limitações financeiras enfrentadas por muitas UC para realizar pesquisas e monitorar visitantes, as redes sociais oferecem uma solução para suprir essas lacunas existentes (Hamstead *et al.*, 2018). O Google, por sua vez, desempenha um papel fundamental em pesquisas que utilizam a abordagem culturômica de conservação, devido a sua capacidade de proporcionar acesso a dados sobre popularidade e engajamento (Correia *et al.*, 2021).

Considerando que a visibilidade de uma UC para potenciais visitantes está sujeita a diversos fatores, o objetivo principal deste estudo é investigar o efeito das concessões sobre a popularidade das UC brasileiras através do número de interações em uma plataforma de mídia social, os comentários do Google. Utilizamos também como cofatores duas variáveis relacionadas diretamente à estrutura para visitação que potencialmente também podem influenciar na visitação e popularidade de uma UC, tendo como variável principal o status da UC em relação à concessão (não concessionada, concessão em fase preparatória ou concessão consolidada).

Material e Métodos

Descrição do estudo

O presente estudo foi conduzido na plataforma de mídia social de comentários do Google, onde os usuários interagem e postam suas avaliações sobre locais visitados. Analisamos o número total de comentários acumulados por visitantes em dois momentos distintos: o primeiro entre junho e agosto de 2021, e o segundo entre março e junho de 2023. Importante destacar que não analisamos os comentários individualmente por ano, mas sim o total acumulado até cada momento de coleta. Os períodos mencionados correspondem apenas ao momento em que os dados foram levantados. A subtração entre os totais de comentários em 2023 e 2021 foi utilizada como variável dependente nas análises, representando o crescimento na interação

dos visitantes com as UC ao longo desse intervalo temporal. Optamos por essa abordagem para garantir uma base de comparação padronizada entre as UC, evitando que o uso do total acumulado desde a criação da UC, que poderia incluir longos períodos sem concessão, enviasse a análise sobre os possíveis efeitos da implementação de concessões.

Dentro de todas as categorias de UC existentes no Brasil, estudamos apenas os Parques, uma vez que estas possuem forte vocação turística e são a única categoria das UC que possuem Parcerias Público-Privadas via Concessões para visitação no Brasil atualmente. Foram analisados 468 Parques de diversas esferas administrativas (73 federais, 219 estaduais e 176 municipais). A metodologia de coleta de dados envolveu uma pesquisa pelo nome completo da UC (por exemplo: “Parque Estadual do Turvo”) no buscador do Google. Os números de comentários associados a cada UC foram observados no lado direito superior da tela de resposta.

Em relação à situação da UC em relação à concessão dentro da janela temporal analisada, utilizamos três categorias - (i) não concessionada - UC sem processos de concessão identificados ou anunciados, (ii) concessão em fase preparatória - UC incluídas em programas de concessão ou com etapas iniciais em andamento (como estudos técnicos, consulta pública ou elaboração do edital), mas ainda sem contrato firmado ou operação de serviços e (iii) concessão consolidada - UC com contrato de concessão formalizado e serviços operando por empresa concessionária. Sendo que esta informação foi obtida junto aos dados disponibilizados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e dados do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Considerando que as concessões sozinhas não seriam as únicas responsáveis por uma maior visibilidade das UC, utilizamos também duas variáveis relacionadas à infraestrutura de viagem e acomodação, dois fatores de infraestrutura que são fundamentais para os visitantes, como cofatores em nossa análise:

- a) a proximidade para a capital do estado, verificada a partir do site do Google Maps;
- b) indicador da infraestrutura de hospedagem disponível em todos os municípios abrangidos pela UC, utilizando o número de hospedagens disponíveis no site booking.com.

Análise de dados

Para a análise estatística dos efeitos das variáveis explicativas (relacionadas a concessão da UC e diretamente relacionadas à infraestrutura) sobre o número de comentários do Google para os Parques brasileiros foram utilizados Modelos Lineares Generalizados com distribuição de Poisson. Este modelo foi utilizado em função de muitos zeros na variável dependente, os comentários do Google. Primeiro criamos um modelo global, que incorporava todas as variáveis explicativas em relação ao aumento no número de comentários do Google. Posteriormente, foi verificada a importância de cada variável de acordo com o critério de informação de Akaike (AIC) de cada modelo, retirando as variáveis uma a uma até obtermos o modelo com menor valor de AIC. Todas as análises foram implementadas no Ambiente R (R Core Team, 2023).

Resultados e Discussão

No âmbito deste estudo, foi observado que 18 Parques possuem concessões consolidadas, enquanto outras 9 UC estão com concessão em fase preparatória. No total, essas UC englobam 27 Parques de várias esferas administrativas. Os Parques Nacionais lideram em número de concessões consolidadas, seguidos pelos Parques de esfera Estadual, com 10 e 8 concessões, respectivamente. No contexto brasileiro, os Parques Nacionais se destacam por suas concessões, atraindo um grande contingente de visitantes e, consequentemente, gerando recursos adicionais para investimentos em estratégias de mídia (Souza *et al.*, 2023). Além disso, estudos baseados em *crowdsourcing* evidenciam que Parques Nacionais despertam maior interação e atenção devido ao seu tamanho e prestígio, em comparação com Parques Estaduais (Levin; Lechner; Brown, 2017). Um exemplo é o Parque Nacional do Iguaçu, mundialmente reconhecido pela grandiosidade das Cataratas do Iguaçu e pelo alto fluxo de visitantes, que, em 2023, registrou um total de 1.800.225 visitas (ICMBio, 2023).

As análises revelam que UC com concessão consolidada tiveram um aumento de comentários do Google entre 2021 e 2023 estimado em 7,5978 comentários; as UC com concessão em fase preparatória tiveram uma estimativa de 6,6940 comentários; e as UC não concessionadas tiveram apenas 6,0893 comentários estimados. Isso evidencia que UC com concessão consolidada geram maior engajamento e interação nos comentários do Google, em comparação com aquelas em processo de concessão ou sem concessão. Além disso, as variáveis relacionadas à infraestrutura também influenciam a interação dos visitantes. A distância (efeito a cada km) e a presença de hospedagem (efeito a cada acomodação) foram associadas a um aumento estimado no número de comentários do Google de 6,6919 e 6,6940, respectivamente, entre 2021 e 2023. Esses resultados reforçam a importância tanto das concessões quanto da infraestrutura no aumento da visibilidade e engajamento das UC por meio de mídias sociais (Figura 1).

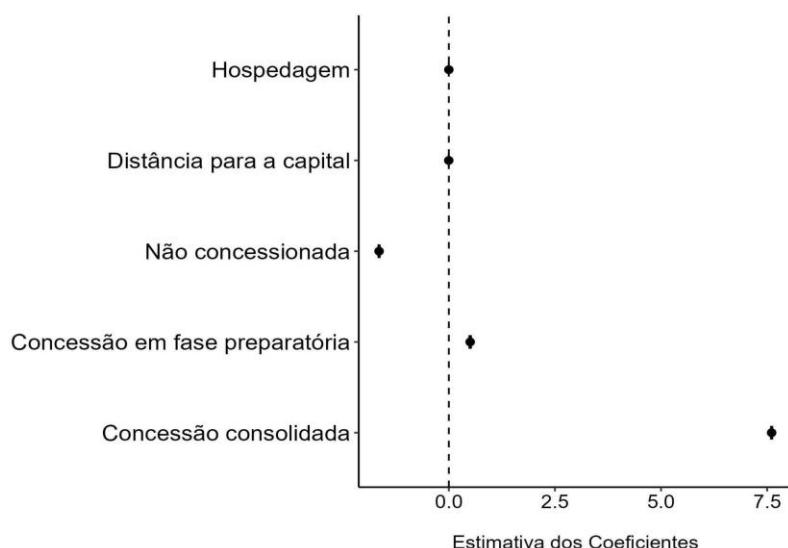


Figura 1: Gráfico de coeficientes sobre a influência das variáveis explicativas sobre o número de aumento dos comentários do Google entre 2021 e 2023.

Figure 1: Coefficient plot on the influence of explanatory variables on the increase in the number of Google reviews between 2021 and 2023.

Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Source: elaborated by the authors (2024).

Um exemplo notável é o Parque Estadual Alberto Lofgren, que obteve sua concessão em 2021 e experimentou um impressionante aumento de 9.754 comentários. Além da sua importância na preservação do corredor de vegetação que compõe a Serra da Cantareira e o Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, o Parque possui opções de lazer gratuitas e uma localização estratégica, fatores que potencialmente contribuem para o aumento do número de visitantes e de interações online (São Paulo, 2012). Essa tendência reflete a ideia de que UC localizadas em regiões com fácil acesso e próximas a centros urbanos tendem a gerar maior visibilidade digital e maior engajamento dos visitantes nas mídias sociais (Correia *et al.*, 2018). Ademais, visitantes com maior poder aquisitivo tendem a percorrer maiores distâncias para visitar atrações turísticas, ao passo que populações menos favorecidas frequentam destinos mais próximos de sua residência (Martinez-Harms *et al.*, 2018). Outro exemplo, é o Parque Estadual de Campos do Jordão, concessionado em 2019, que registrou um aumento expressivo de 2.426 comentários. Tal crescimento pode ser atribuído tanto à concessão quanto ao contexto socioeconômico local, que historicamente já oferece uma ampla infraestrutura turística (Diniz; Gomes; Fedrizzi, 2021). Esses exemplos sugerem que a visitação e popularidade de uma UC está ligada não apenas à qualidade da gestão da concessionária, mas também a fatores externos e / ou históricos e da infraestrutura regional.

Observou-se ainda que UC com concessões consolidadas há mais tempo (anteriores a 2021), como o Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha e o Parque Nacional do Itatiaia, apresentaram números significativamente maiores de interações nos comentários do Google, em comparação às UC concessionadas mais recentemente. Isso indica que Parques já reconhecidos e estruturados tendem a converter concessões em aumento de visitantes e interações digitais de forma mais rápida e robusta. O Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha, cuja concessão ocorreu em 2007, observou um aumento de 3.188 interações na janela temporal estudada aqui, refletindo um padrão consistente de maior engajamento em UC com concessões consolidadas. Estudos anteriores indicavam que o controle sobre o número de visitantes, aliado à infraestrutura e à preservação ambiental, refletia os efeitos positivos de uma gestão estruturada (Araújo; Cândido; Krott, 2018). No entanto, análises mais recentes revelam um cenário de pressão crescente, com mudanças regulatórias para atender ao setor turístico, uso intensivo dos recursos naturais, fragilidade na governança e conflitos locais, que comprometem a sustentabilidade da visitação (Fioravanso; Nicolodi, 2021).

O Parque Nacional do Itatiaia, concessionado em 2019, também apresentou crescimento no número de comentários (1.335 novos comentários). Mesmo com melhorias implementadas pela concessionária, como maior clareza sobre os atrativos e a facilidade na compra de ingressos, as avaliações até 2021 indicam uma percepção negativa em relação à gestão (Almeida; Silva; Raimundo, 2023). Isso reforça a ideia de que, além da concessão, a qualidade da gestão contínua é crucial para o sucesso e satisfação dos visitantes. Monitorar regularmente os impactos da visitação torna-se, assim, fundamental para orientar decisões de manejo e avaliar a eficácia das ações implementadas (Melo, 2024). Apesar da existência de diretrizes para análises de viabilidade socioambiental em projetos de concessão, na prática, essas avaliações priorizam o retorno econômico das concessionárias em detrimento da análise dos impactos socioambientais (Septanil; Rodrigues; Ranieri, 2023).

No âmbito das concessões em fase preparatória, destacam-se os Parques Nacionais de Brasília e da Serra dos Órgãos, que também registraram aumentos consideráveis de comentários do Google entre 2021 e 2023, com 630 e 429 novos comentários, respectivamente. No caso do Parque Nacional de Brasília, seu elevado potencial ecoturístico e econômico, associado à localização urbana e a visitantes com alto poder aquisitivo, impulsiona o fluxo turístico e os gastos locais (Ferreira *et al.*, 2022). Já no Parque Nacional da Serra dos Órgãos, a experiência de uma concessão anterior, entre 2010 e 2021, pode ter influenciado positivamente a dinâmica atual de uso e as expectativas dos visitantes. Embora tenham sido observados benefícios como a geração de empregos, também se destacou a necessidade de um maior rigor na avaliação do histórico das concessionárias, especialmente no tocante às responsabilidades ambientais e sociais (Cruz; Rodrigues; Lemos, 2023).

A análise da distribuição regional das concessões revela uma forte concentração nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. No Sudeste, São Paulo se destaca com quatro concessões em parques estaduais, resultado da capacidade administrativa em estruturar concessões em parques urbanos. Desde o Edital nº 01/SVMA/2018, que agrupou parques de diferentes atratividades em um único lote, São Paulo tem atraído a iniciativa privada, garantindo a viabilidade econômica e a gestão eficiente das UC urbanas (Sampaio; Sampaio; Pavão, 2021). No Nordeste, embora em menor número, concentram-se unidades de alto prestígio turístico, como Fernando de Noronha e Jericoacoara, indicando priorização de áreas de reconhecimento nacional e internacional. Esse padrão se alinha a estudos que indicam que parques mais visitados tendem a ser também os mais populares em mídias sociais (Zhang *et al.*, 2021). Além disso, até 2020, as concessões priorizavam UC com maior fluxo de visitantes (Brumatti; Sonaglio, 2023), tendência que persiste em novos projetos de concessão, como em Jericoacoara. Dessa forma, observa-se que o Sudeste e o Sul apresentam maior maturidade e atratividade para concessões, enquanto no Nordeste e Centro-Oeste elas se concentram em UC de forte apelo turístico.

De maneira geral, os resultados obtidos sugerem que o maior número de interações em UC com concessão consolidada pode ser explicado por múltiplos fatores interligados. A concessão tende a ampliar a infraestrutura de visitação, diversificar serviços de apoio, melhorar a comunicação digital e profissionalizar a gestão dos atrativos, aumentando a atratividade das UC tanto presencialmente quanto em plataformas online. Esses fatores interagem com aspectos socioeconômicos regionais, como o perfil dos visitantes e a proximidade com centros urbanos, gerando um ciclo positivo de maior visitação e de engajamento digital. Dessa forma, a influência das concessões sobre a interação dos visitantes não se limita apenas ao ato da concessão em si, mas está associada à qualidade da gestão, aos investimentos subsequentes e às condições socioambientais e territoriais em que a UC está inserida.

Considerações Finais

Nossas análises indicam que as Unidades de Conservação (UC) com concessões consolidadas apresentaram um número maior de interações nos comentários do Google entre os anos de 2021 e 2023. Isso sugere que as concessões trazem, além de benefícios na melhoria da infraestrutura das UC, ampliação da visibilidade digital. Além disso, observamos que as concessões em fase preparatória

também atraem mais interações, possivelmente devido a vocação turísticas das UC escolhidas para serem concessionadas. No entanto, fatores externos, como a infraestrutura de hospedagem, localização estratégica e a proximidade de centros urbanos, também influenciam as interações digitais, contribuindo para o sucesso das concessões.

Dado que as concessões para visitação nas UC brasileiras estão em pleno desenvolvimento, é crucial dedicar mais atenção a esse tema. Para compreendermos melhor o impacto das concessões sobre a popularidade e a visitação dessas UC, bem como a qualidade de sua gestão, é recomendável conduzir estudos em outras plataformas de mídia social. Isso se justifica pela diversidade de públicos que cada plataforma atrai, proporcionando uma compreensão mais abrangente dos comportamentos dos visitantes.

Referências

- ALMEIDA, L. M. L. D. de; FONTOURA, A. G. da C.; VASCONCELOS, I. M.; BRITO, D. M. C.; HILÁRIO, R. R. Estado atual, atrativos e entraves para o ecoturismo em unidades de conservação do Amapá, Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 25, 2022.
- ALMEIDA, I. C. de; SILVA, G. G. L. da; RAIMUNDO, S. Qualidade na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais: o caso da concessão no Parque Nacional do Itatiaia. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 3, 2023.
- ANDRADE, T. C.; SOUZA, T. do V. S. B.; CUNHA, A. de A. A Estruturação do Rol de Oportunidades de Visitação no Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 365-392, maio-jul., 2020.
- ARAÚJO, C. D. de; CÂNDIDO, D. R. C.; KROTT, M. Turismo de base comunitária e relação de poder no Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (Brasil). **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 155-172, 20 nov. 2018.
- BORGES, L. V. Autorização, Permissão e Concessão de Serviço Público. **JusBrasil**, 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/autorizacao-permissao-e-concessao-de-servico-publico/451673240>. Acesso em: 10 jun. De 2023.
- BRUMATTI, P. N. M.; SONAGLIO, K. E. O contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil. **Turismo Reflexões e Desafios**: Volume IV, p. 7-25, 10 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 22 maio 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987cons.htm. Acesso em: 10 jun. de 2023.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Concessões**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/areasprotegidasecoturismo/agenda-de-concessoes>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (org.). **Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação**. Brasília: Diretoria de Áreas Protegidas, 2006. 61 p. Disponível em: <https://www.institutobrasilrural.org.br/download/20200417203825.pdf>. Acesso em: 20 maio 2023.

CANDIOTTO, L. Z. P.; BONETTI, L. A. Trajetória das políticas públicas de turismo no Brasil. **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 19, dez. 2015.

CONSORTI, G.F.R.; MARIANO, G.T.; PRADO, H.M.; CARDOSO-LEITE E. Percepção sobre serviços ecossistêmicos e áreas protegidas em uma microbacia com interface urbano-rural (Boituva, SP). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 14, n. 5., 2021.

CORREIA, R. A.; JEPSON, P.; MALHADO, A. C. M.; LADLE, R. J. Culturomic assessment of Brazilian protected areas: exploring a novel index of protected area visibility. **Ecological Indicators**, v. 85, p. 165-171, fev. 2018.

CORREIA, R. A.; CONCHA, R.; JARIĆ, I.; MALHADO, A. C. M.; MITTERMEIER, J. C.; ROLL, U.; SORIANO-REDONDO, A.; VERÍSSIMO, D.; FINK, C.; HAUSMANN, A.; GUEDES-SANTOS, J.; VARDI, R.; DI MININ, E. Digital data sources and methods for conservation culturomics. **Conservation Biology**, v. 35, n. 2, p. 398-411, 2021.

CRUZ, H. S.; RODRIGUES, C. G. de O.; LEMOS, C. C. de. Aprendizados e desafios da concessão de serviços de apoio à visitação no Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v 16, n.3, jun 2023, pp. 189-214.

DINIZ, L. F.; GOMES, F. G.; FEDRIZZI, V. L. P. Ecoturismo e políticas públicas: Campos do Jordão (SP) sob a perspectiva da natureza. **Revista Hipótese**, Bauru, v. 7, p. e021003, 2021.

DUVIVIER, C. La création d'espaces naturels protégés stimule-t-elle le développement économique local ? Une revue de la littérature. **Revue D'économie Politique**, v. 131, n. 6, p. 849-886, 2021.

FERREIRA, A. dos S.; ANGELO, H.; ALMEIDA, A. N. de; OLIVEIRA, J. M. de; FONSECA, M. A. da S.; RIBEIRO, N. M. A. R. Valor econômico de uso recreativo do Parque Nacional de Brasília. **Ciência Florestal**, v. 32, n. 3, p. 1368-1393, 2022.

FIORAVANSO, A. G.; NICOLODI, J. L. Governança ambiental em áreas marinhas protegidas: o contexto do arquipélago de fernando de noronha, brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 755-785, 2021.

GELDMANN, J.; BARNES, M.; COAD, L.; CRAIGIE, I. D.; HOCKINGS, M.; BURGESS, N. D. Effectiveness of terrestrial protected areas in reducing habitat loss and population declines. **Biological Conservation**, v. 161, n. 1, p. 230-238, maio 2013.

HAMSTEAD, Z. A. FISHER, D.; ILIEVA, R. T.; WOOD, S. A.; MCPHEARSON, T.; KREMER, P. Geolocated social media as a rapid indicator of park visitation and equitable park access. **Computers, Environment And Urban Systems**, v. 72, p. 38-50, 2018.

HORA, B. Private Protection Initiatives in Mountain Areas of Southern Chile and Their Perceived Impact on Local Development—The Case of Pumalín Park. **Sustainability**, v. 10, n. 5, p. 1584, 2018.

HORA, B. Do large private protected areas contribute to sustainable development? A case study from the Huilo Huilo Biological Reserve in Neltume, Chile. **Eco.Mont (Journal On Protected Mountain Areas Research)**, v. 9, n. 1, p. 5-14, 2017.

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Parques nacionais brasileiros atingem recorde de 11,8 milhões de visitas em 2023. Governo Federal. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/noticias/ultimas-noticias/parques-nacionais-brasileiros-atingem-recorde-de-11-8-milhoes-de-visitas-em-2023-1>. Acesso em: 27 abr. 2025.

KEFALAS, H.; SOUZA, F. (Org). **Navegando nos caminhos do uso público.** São Paulo: Instituto Linha D'Água; Raiz Assessoria Socioambiental, 2018, 36 p. Disponível em: https://www.linhadagua.org.br/_files/ugd/afc821_c916a869d1b345a08edc6a02bdd27662.pdf. Acesso em: 16 abr. 2025

LEVIN, N.; LECHNER, A. M.; BROWN, G. An evaluation of crowdsourced information for assessing the visitation and perceived importance of protected areas. **Applied Geography**, v. 79, p. 115-126, 2017.

LIANG, Y.; YIN, J.; PARK, S.; PAN, B.; CHI, G.; MILLER, Z. Using social media user profiles to identify visitor demographics and origins in Yellowstone national park. **Journal Of Outdoor Recreation And Tourism**, v. 44, p. 100620, 2023.

LIMA, R. Y. M.; AZEVEDO-RAMOS, C. Compliance of Brazilian forest concession system with international guidelines for tropical forests. **Forest Policy And Economics**, v. 119, 2020.

LOBO, H. A. S.; MORETTI, E. C. Ecoturismo: As práticas na natureza e a natureza das práticas em Bonito, MS. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 1, p. 43-71, 2008.

MARTINEZ-HARMS, M. J.; BRYAN, B. A.; WOOD, S. A.; FISHER, D. M.; LAW, E.; RHODES, J. R.; DOBBS, C.; BIGGS, D.; WILSON, K. A. Inequality in access to cultural ecosystem services from protected areas in the Chilean biodiversity hotspot. **Science Of The Total Environment**, v. 636, n. 1, p. 1128-1138, 2018.

MCGILL, B. J.; DORNELAS, M.; GOTELLI, N. J.; MAGURRAN, A. E. Fifteen forms of biodiversity trend in the Anthropocene. **Trends In Ecology & Evolution**, v. 30, n. 2, p. 104-113, 1 2015.

MELO, D. B. Monitoramento dos Impactos da Visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 17, n. 2, 2 maio 2024.

PINHEIRO, R. O.; TRIEST, L.; LOPES, P. F. M. Cultural ecosystem services: linking landscape and social attributes to ecotourism in protected areas. **Ecosystem Services**, v. 50, p. 101340, 2021.

R Core Team (2023). **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SAMPAIO, P. R. P.; SAMPAIO, R. S. da R.; PAVÃO, B. B. M. Gestão de parques urbanos por particulares: o caso da cidade de são paulo. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 4, 2021.

SANCHO, A.; ALVES, A. F. O Estado da Arte das Pesquisas sobre Impactos do Turismo em Parques: uma aproximação das experiências brasileiras. **Revista Latino-Americana de Turismologia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p. 21-36, 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente; Instituto Florestal. **Parque Estadual Alberto Löfgren**: Plano de Manejo. 1^a ed. 2012. 710p. Disponível em:http://s.ambiente.sp.gov.br/institutoflorestal/Plano_de_Manejo_PE_Alberto_Lofgren.pdf. Acesso em: 07 set. 2024

SEPTANIL, M. P. B.; RODRIGUES, L. M.; RANIERI, V. E. L. Análise prévia de viabilidade socioambiental no planejamento das concessões dos serviços de apoio à visitação em Parques Nacionais brasileiros. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 16, n. 3, 2023.

SILVA-MELO, M.R.; GUEDES, N.M.R. Atratividade Turística em Unidades de Conservação no Mato Grosso do Sul: perspectivas para o desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.15, n.2, 2022, pp. 180-198.

SOUZA, C. N.; ALMEIDA, J. A. G. R.; CORREIA, R. A.; LADLE, R. J.; CARVALHO, A. R.; MALHADO, A. C. M. Assessing Brazilian protected areas through social media: insights from 10 years of public interest and engagement. **Plos One**, v. 18, n. 10, p. 0293581, 2023.

TENKANEN, H.; DI MININ, E.; HEIKINHEIMO, V.; HAUSMANN, A.; HERBST, M.; KAJALA, L.; TOIVONEN, T. Instagram, Flickr, or Twitter: assessing the usability of social media data for visitor monitoring in protected areas. **Scientific Reports**, v. 7, n. 1, p. 17615-17620, 2017.

TOIVONEN, Tuuli; HEIKINHEIMO, V.; FINK, C.; HAUSMANN, A.; HIIPPALA, T.; JÄRV, O.; TENKANEN, H.; DI MININ, E. Social media data for conservation science: a methodological overview. **Biological Conservation**, v. 233, p. 298-315, 2019.

WATSON, J. E. M.; DUDLEY, N.; SEGAN, D. B.; HOCKINGS, M. The performance and potential of protected areas. **Nature**, v. 515, n. 7525, p. 67-73, nov. 2014

WYMAN, M.; BARBORA, J. R.; INAMDAR, N.; STEIN, T. Best Practices for Tourism Concessions in Protected Areas: a review of the field. **Forests**, v. 2, n. 4, p. 913-928, 2011.

YOUNG, C. E. F.; ALVARENGA JUNIOR, M.; SOUSA, F. H.; COSTA, L. A. N.; MENDES, M. P. Conservação ambiental, concessões privadas e dinamismo econômico: estudo de caso do Parque Nacional do Iguaçu. **Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, 2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320864797> Conservação ambiental concessões privadas e dinamismo econômico estudo de caso do Parque Nacional do Iguaçu. Acesso em: 18 maio 2023

YOUNG, C. E. F.; MEDEIROS, R. (org.). **Quanto vale o verde**: a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. a importância econômica das unidades de conservação brasileiras. Rio de Janeiro: Conservação Internacional, 2018. Disponível em: <https://www.funbio.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Quanto-vale-o-verde.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

ZHANG, H.; VAN BERKEL, D.; HOWE, P. D.; MILLER, Z. D.; SMITH, J. W. Using social media to measure and map visitation to public lands in Utah. **Applied Geography**, v. 128, n. 1, p. 102389-102390, 2021.

Vitória Rodrigues Martiny: Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil.

E-mail: vyrodrigues4927@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5358451804065334>

Roberta Schmitt dos Santos: Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil.

E-mail: robertasantos9@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0457087894199823>

Daniela Oliveira de Lima: Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, RS, Brasil.

E-mail: daniela.ol.lima@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5404325239751743>

Data de submissão: 31 de outubro de 2024

Data do aceite: 17 de fevereiro de 2025

Avaliado anonimamente